

Superior Tribunal de Justiça

ORIGEM, CRIAÇÃO E PROPÓSITO DO TRIBUNAL DA CIDADANIA

2022

Douglas Policarpo

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ORIGEM, CRIAÇÃO E PROPÓSITO DO TRIBUNAL DA CIDADANIA

© Almedina, 2022

AUTOR: Douglas Policarpo

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuela Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Isabela Leite e Larissa Nogueira

ESTAGIÁRIA DE PRODUÇÃO: Laura Roberti

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9786556276731

Outubro, 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Policarpo, Douglas
Superior Tribunal de Justiça : origem, criação e
propósito do tribunal da cidadania / Douglas
Policarpo. – São Paulo : Almedina, 2022.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5627-673-1

1. Brasil Leis e legislação 2. Brasil. Supremo
Tribunal de Justiça - História 3. Cidadania - Brasil
I. Título.

22-120911

CDU-347.991(81)(09)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Supremo Tribunal de Justiça : História 347.991(81)(09)
Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil
www.almedina.com.br

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
1.1 Pressupostos teóricos	22
1.2 Problema de análise e hipótese	25
1.3 Métodos de estudo	26
1.4 Plano da obra	26
2. PANORAMA HISTÓRICO DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO E PRIMEIROS DISCURSOS IDEACIONAIS	29
2.1 Sistema judiciário brasileiro no alvorecer da República e a ideia dualista.	30
2.2 Judiciário no contexto das Cartas de 1934 e de 1937 e a criação do Tribunal Federal de Recursos pela Constituição de 1946	34
2.3 (Re)criação da Justiça Federal em 1965 e a primeira emenda à Constituição de 1967	38
2.4 Crise do Supremo Tribunal e sua valorização como poder	40
2.4.1 Fase inicial da corte e o predomínio do executivo e das questões políticas.	41
2.4.2 Discurso da crise e aumento do prestígio do STF.	44
2.4.3 Opção de purificação como Corte Constitucional e desmembramento em um novo tribunal	48
2.4.4 Escolha pela manutenção do hibridismo e a saída pela restrição do acesso	51

3. REFORMA DO JUDICIÁRIO EM 1977 NA CONJUNTURA DO REGIME MILITAR	57
3.1 Contexto político do regime militar	58
3.2 Promessa de distensão, abertura e redemocratização	62
3.3 ‘Diagnóstico’ do Poder Judiciário	64
3.4 Estratégia da oposição e debates no congresso	68
3.5 Rejeição da proposta pelo congresso – enfrentamento do MDB	73
3.6 Imposição da Emenda Constitucional N° 7, de 1977	75
3.6.1 ‘Cartada’ de Geisel	77
3.7 Mudanças implantadas pela Emenda N° 7/1977	79
3.7.1 Justiça Federal, Magistratura Nacional e seu controle interno.	79
3.7.2 Alargamento do Tribunal Federal de Recursos	81
3.8 Efeitos da Emenda N° 7/1977.	84
3.9 O Supremo Tribunal e a cortesia dos militares	85
4. ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1987-1988	91
4.1 Derrocada do regime ‘por dentro’ ou o acontecimento de uma transição	91
4.1.1 Eleições de 1982 e perda de poder dos militares	91
4.1.2 Vigência democrática e Constituição Simbólica	93
4.1.3 Estabelecimento das instituições aperfeiçoadas pela ditadura	95
4.2 Atuação do STF e da magistratura na constituinte	97
4.2.1 Imediata manifestação do STF por sua valorização	98
4.2.2 ‘Sugestão’ do Supremo à Comissão Afonso Arinos	100
4.2.3 Proposta de cisão do Supremo no anteprojeto da comissão.	103
4.2.4 Recusa do Judiciário ao anteprojeto Afonso Arinos	107
4.3 Convocação para a Assembleia Constituinte e sua organização	109
4.4 O que de fato aconteceu durante o Processo Constituinte	112
4.4.1 Aparecimento do ‘centrão’ e mudanças na regra do jogo	114
4.5 Debate na ANC sobre a criação do Superior Tribunal de Justiça.	116
4.5.1 Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público	116
4.5.1.1 Audiências públicas sob o foco do Judiciário e a criação do STJ	119
4.5.1.2 Debates sobre o anteprojeto e posterior delimitação das discussões	125
4.5.1.3 Apresentação do relatório e sua aprovação	130
4.5.2 Comissão de Organização dos Poderes	134

4.5.2.1 Mudança de posição de Maurício Corrêa e a negociação do STF	137
4.5.2.2 Primeiro anteprojeto do relator e posição ‘mais pura’ do STF	141
4.5.2.3 Aprovação do substitutivo e debate de Plínio Sampaio e Maurício Corrêa	142
4.5.3 Comissão de Sistematização	149
5. ESTABELECIMENTO DO STJ E A OPORTUNIDADE DA REFORMA DE 2004	155
5.1 Papel do TFR na criação do STJ	155
5.1.1 Ministro Pádua Ribeiro e a Comissão da Constituinte do TFR	155
5.1.2 Decisão adversa da Constituinte quanto aos poderes do STJ	163
5.1.3 Preparativos para a Instalação do Superior Tribunal	167
5.1.4 Sessão de instalação do STJ e lançamento de novos discursos ideacionais	171
5.2 Reforma do Judiciário e emenda constitucional N° 45, DE 2004	177
5.2.1 Ambiente propício para a Reforma do Judiciário	177
5.2.2 Processo legislativo da Emenda Constitucional n° 45, de 2004.	181
5.2.3 Peso do Executivo para a aprovação da reforma	189
5.2.4 Comportamento do Judiciário no período pré e pós-emenda n° 45/2004	193
5.2.5 Legislativo e Judiciário em um só corpo. Atuação de Nelson Jobim na reforma.	196
5.3 Superior Tribunal de Justiça e seus ministros na reforma	201
5.3.1 Consolidação do Superior Tribunal	201
5.3.2 Esforços da Corte para influenciar na Reforma do Judiciário.	204
5.3.3 Resultado da reforma e a respeitabilidade obtida pelo STJ	219
6. CONCLUSÃO	223
REFERÊNCIAS.	227

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO A

Íntegra da entrevista com o Ministro Raphael de Barros
Monteiro Filho, do Superior Tribunal de Justiça, concedida
em 1º de outubro de 2018 235

ANEXO B

Íntegra da entrevista com o Ministro Eduardo Andrade
Ribeiro de Oliveira, do Superior Tribunal de Justiça,
concedida em 5 de dezembro de 2018 245